



As pessoas sem casas, muitas delas em abrigos, revelam que o passo mais acelerado será necessário para que possamos superar essa etapa tão difícil e triste que abate o povo brasileiro, sobretudo o povo do Rio Grande do Sul.

CTB PARTICIPA DE REUNIÃO DO CONSELHÃO EM APOIO ÀS VÍTIMAS DA CATÁSTROFE NO RIO GRANDE DO SUL

NA TARDE desta quinta-feira (16), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), representada pelo seu presidente Adilson Araújo, marcou presença em uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República, conhecido como Conselhão. O foco do encontro foi direcionado para as ações de socorro e apoio às vítimas da devastadora catástrofe climática que assola o estado do Rio Grande do Sul.

O presidente da CTB, Adilson Araújo, reiterou a necessidade de celeridade na resposta, destacando a importância da execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para garantir a reconstrução eficaz e rápida do estado.

“O governo segue disposto a tomar as medidas e a interlocução com o Conselho é mapear as ações, fortalecer o atendimento, ampliar a corrente de solidariedade, porque esse é um plano que vai exigir celeridade, mas é necessário que o Brasil se volte à urgência do problema. **Leia mais** <https://encr.pw/oTfrV>

Foto DIVULGAÇÃO



Territórios quilombolas estão ameaçados

Depois há quem diga que não existe racismo no Brasil. Os Territórios Quilombolas, fundamentais para a conservação ambiental no Brasil, enfrentam ameaças de invasão e degradação. Os quilombos têm uma importância histórica como símbolos de resistência à escravidão, desde o período colonial, representando a luta pela liberdade, resistindo à opressão e exploração.

Apesar das garantias constitucionais, os territórios têm sido alvo de inúmeras ameaças ambientais pela mineração e o agronegócio. Levantamento recente do ISA (Instituto Socioambiental) e da CONAQ (Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas) revelou que 98,2% das áreas estão sob pressão de obras de infraestrutura, requerimentos minerários, sobreposições de imóveis e projetos particulares.

As pressões têm impactos ambientais como desmatamento, destruição florestal, incêndios, perda de biodiversidade, além da degradação de recursos hídricos pela constante exploração ambiental e atividades agrícolas. Os quilombos ocupam 3,8 milhões de hectares, dos quais 3,4 milhões de vegetação nativa preservada.

MUDANÇA NA PETROBRAS PODE FORTALECER SETOR NAVAL E PROJETO DE REINDUSTRIALIZAÇÃO

Foto DIVULGAÇÃO

A gestão da Petrobras é objeto de uma disputa acirrada entre os que querem orientar a estatal a favor do desenvolvimento nacional e os neoliberais, arautos do chamado mercado, que desejam a todo custo subordinar a empresa aos interesses menores dos acionistas, sobretudo estrangeiros, que querem abocanhar todos os lucros da petrolífera transformando-os em dividendos.

Este conflito de interesses, obscurecido pelas narrativas ideológicas, é também o pano de fundo da dança de cadeiras na presidência da Petrobras.

Magda Chambriard, escolhida por Lula para substituir Jean Paul Prates, parece mais afinada com a



defesa das bandeiras do presidente em relação à gestão da empresa e disposta a confrontar os interesses do "mercado".

Ela se comprometeu com investimentos em refinarias, gás e fertilizantes e também com o revigoramento da indústria naval, que foi desestruturada pelos governos Temer e Bolsonaro.

A reversão da política privatista no caso das refinarias, o resgate da política de conteúdo local e a proteção dos estaleiros nacionais são iniciativas essenciais ao êxito do projeto de reindustrialização da economia. **Leia mais** <https://l1nq.com/J2fkT>

Mesmo com tragédia no RS, 25 projetos e três PECs tramitam no Congresso Nacional

Foto DIVULGAÇÃO



As enchentes violentas que assolaram o Rio Grande do Sul (RS) abrem caminho para um debate central no momento: o futuro do meio ambiente.

Dados da Defesa Civil do estado, publicado nesta quinta (16), às 12h, indicam que a tragédia anunciada no RS já causou a morte de 151 pessoas, lembrando que ainda há 104 desaparecidas. Além

disso, 2,2 milhões de pessoas são afetadas diretamente e 538 mil perderam suas casas.

Vale destacar que, entre os pontos mais danosos e que afetam o RS está o aumento de brechas para uso de áreas de preservação, inclusive em margens de rios. A gestão Leite optou pelo 'liberou geral' e afrouxou o controle do poder público sobre atividades com alto potencial de degradação.

Além disso, em 2020, com o apoio de Leite, a Assembleia do Rio Grande do Sul aprovou um novo código ambiental que alterou 480 normas ambientais. Mais recentemente, em janeiro deste ano, os deputados aprovaram mais uma lei que permite construção de barragens e outras obras de impacto em áreas protegidas.

Seguindo sua cartilha de desmonte, o governador do Rio Grande do Sul deixou apenas R\$ 50 mil no caixa para obras contra desastres ambientais. **Leia mais** <https://encr.pw/E8UVi>